

nova economia

Saltos tecnológicos dependem de apoio estatal à inovação, afirma economista

Anglo-venezuelana Carlota Perez deu aula sobre nova economia a convite do FolhaLab+ iFood

Philippe Scerb

SÃO PAULO Economista anglo-venezuelana e professora honorária da University College London (UCL) e da Universidade de Sussex, no Reino Unido, Carlota Perez é considerada uma das grandes especialistas nas relações entre as mudanças tecnológicas e a economia e os seus consequentes impactos políticos e sociais.

Convidada pelo FolhaLab+ iFood, ela ministrou a aula inaugural do curso Nova Economia para Jornalistas, com a participação online de cerca de uma centena de inscritos.

A programação do curso, voltada para profissionais e estudantes de comunicação, se estendeu por dois meses e contou com especialistas e professores convidados, que discutiram os principais aspectos e desafios da chamada nova economia.

Também participaram executivos e CEOs de empresas e startups, que falaram de suas trajetórias e analisaram perspectivas para o futuro.

Falando de Londres, Carlota Perez dividiu sua aula em três partes intercaladas por perguntas dos alunos. Na primeira delas, a professora abordou os padrões recorrentes das revoluções tecnológicas, entendidas como passagens para outro paradigma técnico e econômico, em que o sistema anterior se torna obsoleto e emerge outra forma de pensar e operar as empresas.

De acordo com ela, atualmente nós viveríamos a quinta revolução tecnológica, iniciada ao longo dos anos 1970 com o surgimento dos microprocessadores e dos computadores pessoais.

Para Perez, o barateamento de algo sempre está no centro de uma revolução tecnológica. Se a diminuição dos custos de exploração do petróleo foi crucial para a quarta revolução, da produção em massa, a que vivemos hoje teve seu impulso com o barateamento dos microchips.

São esses microchips que, por meio do desenvolvimento das telecomunicações e da internet, têm permitido a passagem para uma era da produção barata e flexível, com economias de escala e grande variedade de produtos e serviços. As oportunidades para um salto de produtividade e desenvolvimento são enormes, mas, de acordo com a professora, é preciso saber como e onde aproveitá-las.

“Podemos ter pela frente uma época de bonança depois da turbulência política que temos vivido com o aumento da desigualdade e o populismo. Hoje, como nos anos 1930 do século passado e na década de 1890, o desemprego é estrutural, ainda que oculto pelo fato de haver muita gente empregada ganhando muito menos do que antes”, diz ela.

Para a professora, a situação atual se assemelha aos períodos citados por causa de estagnação econômica, recessões, xenofobia, especulação financeira, agitações sociais, divisão política e o surgimento de líderes políticos messiânicos. “É sempre bom lembrar que Mussolini e Hitler foram eleitos”, afirma.

Na opinião da estudiosa, a superação da instabilidade só teria sido possível por meio de um papel proativo por parte do Estado, embora nenhum país tenha feito isso sem um setor privado dinâmico. A mesma fórmula teria sido aplicada em todos os casos.

“Um Estado voltado para a promoção do desenvolvimento, mais empreendimento, inovação, educação e mer-

“A história mostra que nenhum país deu um salto para o desenvolvimento sem intervenção do Estado

“Podemos ter pela frente uma época de bonança depois da turbulência política que temos vivido. Hoje, o desemprego é estrutural, ainda que oculto pelo fato de haver muita gente empregada ganhando menos do que antes

“Nos anos 1960 e 1970, tivemos um Estado protecionista. Dos anos 1980 para cá, um Estado não interventor. De 2020 em diante, precisamos de um Estado promotor, ativo e inovador

“A nova era acelerará mudanças em métodos de produção, com aumento da demanda por uma economia verde e estilos de vida sustentáveis. Temos que aproveitar a oportunidade



A acadêmica anglo-venezuelana Carlota Perez Divulgação

Carlota Perez, 83

Economista anglo-venezuelana e professora honorária da University College London (UCL) e da Universidade de Sussex, no Reino Unido, é considerada uma das grandes especialistas nas relações entre as mudanças tecnológicas e a economia e os seus consequentes impactos políticos e sociais. Convidada pelo **FolhaLab+** iFood, ela ministrou a aula inaugural do curso Nova Economia para Jornalistas, com a participação online de cerca de uma centena de inscritos

cado. Tudo junto. Os padrões da revolução tecnológica são difundidos a partir de determinados países, mas todos têm que aproveitar as oportunidades que emergem”, diz.

Na segunda parte da aula, Perez mostrou como as possibilidades de desenvolvimento se transformam ao longo das décadas e defendeu a necessidade de serem aproveitadas a tempo para não serem perdidas.

Como exemplo, mencionou a Industrialização por Substituição de Importações (ISI). “Uma política que permitiu o crescimento da América Latina e a criação de uma classe média. Depois, ela se tornou um obstáculo para darmos outro salto, mas foi uma oportunidade naquele momento.”

Quase toda a região teria aproveitado, entre os anos

1950 e 1970, uma circunstância favorável para aumentar a produtividade. Embora tenha se dado com a expansão da desigualdade, o Brasil, com seu gigantesco mercado interno, se beneficiou particularmente dessa iniciativa e teve um salto geral de possibilidades.

No entanto, a América Latina não soube aproveitar, como os asiáticos fizeram entre os anos 1980 e 1990, a passagem da ISI para a exportação competitiva. “Os países latino-americanos não aprenderam a inovar como forma de crescer. A globalização e o livre mercado não resultaram em uma oportunidade aproveitável. O livre mercado funciona para outras coisas, mas não para dar salto de produtividade e desenvolvimento.”

O resultado é que a América Latina está na última posi-

ção do mundo quando o assunto é aumento da produtividade de 1980 para cá. “Nós não soubemos aproveitar a instalação da revolução informática, portanto não podemos perder as oportunidades que estão se abrindo agora”, afirma Perez.

Para a professora, a América Latina, e especialmente o Brasil, podem se beneficiar de uma economia globalizada que, de um lado, precisa de recursos naturais e energéticos e, de outro, tem mercados segmentados com requisitos de equidade social e compromisso ambiental —já realidade no mundo das finanças.

O desafio da revolução atual consistiria, sobretudo, em aliar mais recursos naturais, tecnologia e inclusão social para um desenvolvimento ambiental e social sustentáveis.

+ FOLHALAB+ IFOOD REÚNE ESPECIALISTAS DO SETOR

As reportagens publicadas neste caderno foram produzidas pelos participantes do curso Nova Economia, promovido pelo **FolhaLab+** iFood, com base nos conteúdos compartilhados em mais de 30 horas de aulas. Em encontros semanais realizados no formato híbrido (online e presencial), os mais de 80 selecionados de todas as regiões do Brasil ouviram e debateram com especialistas como Carlos Braga, professor da Fundação Dom Cabral e ex-diretor do Banco Mundial, Marina Grossi, presidente do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), e Hugo Bethlem, do Instituto Capitalismo Consciente. Entre os temas discutidos estão a transição para a nova economia, o surgimento de modelos de negócios e mudanças nas relações trabalhistas. Além dos professores, CEOs e executivos de empresas como iFood, Buser, Voltz, BeGreen, ZUP e Kompa participaram do curso compartilhando suas experiências.

Final, embora alguns ainda possam ver a preservação como um entrave ao desenvolvimento, ela abre oportunidades importantes. E o Brasil, para Perez, pode liderar o salto para o desenvolvimento com qualidade de vida. Para isso, contudo, são necessárias políticas adequadas.

Grandes companhias ainda continuam relevantes, mas há espaço, segundo a economista, para diferentes grupos locais de empresas médias e pequenas, de pesquisa e de serviços de alta tecnologia, que possam gerar mercados adicionais para as grandes.

Diferentemente do modelo de produção em massa, do paradigma anterior, leis inteligentes e apoio técnico e financeiro têm condições de criar uma “multidão de pequenas e médias empresas rentáveis e empregadoras em cada canto do território, produzindo desde ultraprocessados até alimentos orgânicos, de produtos padronizados aos feitos sob medida”.

Para isso, porém, é preciso que Estado e mercado estejam bem articulados, tema da terceira parte da aula, intitulada “Nem Estado nem Mercado, Ambos ao Mesmo Tempo”.

“Mais Estado ou mais mercado? Antes não perguntava isso. Entendia-se que ambos iam juntos. Desde Milton Friedman [economista americano, 1912-2006], passou-se a acreditar em coisas que não são verdade. A história mostra que nenhum país deu um salto para o desenvolvimento sem intervenção estatal”.

Para ela, projetos nacionais de sucesso obedecem a um padrão: identificam-se oportunidades e criam-se instituições adequadas para a sua promoção, elevando a capacidade técnica do Estado. O ponto chave é o financiamento.

“É imprescindível que haja uma direção clara para a priorização dos recursos financeiros, o que depende de políticas fortes e de um consenso entre a sociedade e o mundo dos negócios.”

Perez lamenta, de um lado, que hoje muitos governos e políticos continuem presos ao modelo centralizador da produção em massa e os Estados sejam permeados por um excesso de regulações; de outro, que elites econômicas permaneçam agarradas à ilusão do Estado mínimo e do livre mercado. “Uma ilusão que não funcionou”, avalia.

Os governos dos países que mais se desenvolvem atualmente apoiam e financiam avanços tecnológicos em infraestrutura, educação, ciência, tecnologia etc. “Não há grandes saltos sem forte apoio público à inovação. Elon Musk, embora esteja esconda isso, teve seu primeiro investimento financiado com dinheiro estatal”.

O desenvolvimento, alertou a professora, deve estar atrelado ao pleno emprego e bem-estar para todos. Para ela, o progresso econômico desprovido de progresso social é instável.

A atual revolução tecnológica, porém, favorece esse equilíbrio na medida em que está apoiada no aproveitamento dos recursos naturais, na melhoria da vida rural e na redução do fluxo populacional rumo às cidades, na redução da economia informal, no resgate de valores comunitários e locais e em atrativos ao trabalho à distância.

“Nos anos 1960 e 1970, tivemos Estado protecionista. Dos anos 1980 para cá, um Estado não interventor. De 2020 em diante, precisamos de um Estado promotor, ativo e inovador. Mas o sucesso dependerá de esforço de inovação institucional, baseado em consenso entre governo, negócios, sistema educativo, sindicatos e organizações sociais”, diz.

“A nova era acelerará mudanças em métodos de produção com aumento da demanda por uma economia verde e estilos de vida sustentáveis. Temos que aproveitar a oportunidade”, completa.